

## APMV LANÇA NOVA PUBLICAÇÃO DA SÉRIE PLAQUETES ACADÊMICAS

Dando seqüência à série de publicações iniciada em 2002, a APMV rejubila-se por poder trazer a baila sua nova plaquete: “Cadeiras, Patronos e Acadêmicos”, materializando um sonho antigo de sua comunidade acadêmica. Esta Plaquete nº 7 representa um marco importante na trajetória da APMV, desde a sua fundação em 14 de junho de 2001, pois resgata a biografia de uma plêiade de Médicos Veterinários que dignificaram e ainda dignificam o exercício da profissão em Pernambuco, cujos nomes estão vinculados nesta obra às Cadeiras numeradas de 01 a 22. Portanto, compulsar os dados biográficos dos Patronos e Acadêmicos contidos nesta publicação representa uma viagem por tempos memoráveis, uma vez que cada um dos distinguidos foram ou são protagonistas do rico acervo cultural e histórico da Medicina Veterinária Pernambucana.

Reiteramos o inegável valor histórico e simbólico desta Plaquete para as novas gerações de Médicos Veterinários de Pernambuco. Apresentamos agradecimentos especiais aos membros da Comissão de Resgate Histórico da Medicina Veterinária da APMV os Acadêmicos Gilvan de Almeida Maciel, Paulo José Elias Foerster e José de Carvalho Reis, os quais foram responsáveis pela sua organização e projeto editorial. Com iniciativas arrojadas e sob o lema COM LOUVOR a nossa confraria continua lançando o seu olhar para o futuro.

A publicação deste importante documento histórico representa um novo marco na caminhada da APMV, sempre incansável e que há de ser perene. Também fará com que a nossa Academia seja sempre lembrada pelas novas gerações de colegas como uma entidade de escol no âmbito da Medicina Veterinária. Todos nós devemos ter sempre em mente que a história da nossa formação profissional começou a ser contada em Olinda, com destaque para o 1º Hospital Veterinário do Brasil, razão pela qual o Mosteiro de São Bento é tido como o “Berço da Medicina Veterinária Pernambucana”.

### **SEMANA DO MÉDICO VETERINÁRIO FÓRUM - “LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA: ASPECTOS CIENTÍFICOS, ÉTICOS E DE SAÚDE PÚBLICA”**

**Local: Auditório da Pró-Reitoria de Extensão da UFRPE**

**Data/Horário: 10 de setembro/9.00 às 17:00 horas**

**AGUARDE DETALHES DA PROGRAMAÇÃO**

ACADEMIA PERNAMBUCANA  
DE MEDICINA VETERINÁRIA



### **CADEIRAS, PATRONOS E ACADÊMICOS**

COLEÇÃO PLAQUETES ACADÊMICAS 7

RECIFE 2012



## Academia Pernambucana de Medicina Veterinária

INFORMATIVO



Ano 2, nº 1, janeiro a junho de 2013

### **ATIVIDADES DA APMV FORAM MARCADAS POR CERIMÔNIAS E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CULTURAIS**



O primeiro semestre de 2013 foi marcado por atividades culturais diversas na agenda da APMV. O destaque ficou por conta das comemorações alusivas ao 12º Aniversário de Fundação da entidade, no dia 14 de junho, no auditório Professor João Vasconcelos Sobrinho, oportunidade em que foi bastante comemorada a posse de dois novos Acadêmicos, uma vez que contribuirá para a ampliação do seu quadro de associados. Além disto, atendendo a convites oriundos

do CRMV-PE e da UFRPE, o Presidente Alberto Neves Costa esteve presente na concorrida sessão de abertura do XXI Encontro de Médicos Veterinários e Zootecnistas do Agreste Meridional de Pernambuco e do X Encontro de Buiatria de Pernambuco, em Garanhuns, bem como na solenidade acadêmica realizada no Salão Nobre da UFRPE, para celebrar os 40 anos do seu programa de Pós-Graduação e conceder títulos honoríficos a docentes da Rural.





# Aspectos Gerais da Estiagem em Pernambuco

Erivânia Camelo de Almeida<sup>1</sup>, CRMV-PE nº 1473, Késia Alcântara Queiroz Pontual<sup>1</sup>,  
 CRMV-PE nº 2216, <sup>1</sup> Fiscal Estadual Agropecuário  
 Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco - ADAGRO

A estiagem ou seca é um fenômeno natural que ocorre em áreas onde há alta variabilidade climática caracterizando-se pela ausência parcial ou total das chuvas, ou também pela má distribuição destas durante o período normal de precipitações. De acordo com o National Drought Mitigation Center (1995), existem definições mais específicas que estão relacionadas com o nível de gravidade de uma seca em escala temporal e espacial como a meteorológica, edáfica, hidrológica e socioeconômica.

No Brasil este fenômeno é mais frequente na região Nordeste concentrando-se especialmente na área conhecida como Polígono das secas, composta parcialmente por oito estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e parte do norte de Minas Gerais. O enfrentamento de uma estiagem impacta sobremaneira a população vulnerável e produz como resultado o flagelo sanitário, econômico, social e político.

A estiagem tem sido relatada desde a época da colonização portuguesa e a primeira descrição sobre o fenômeno de que se tem notícia foi feita pelo padre Fernando Cardin no período compreendido entre 1580 e 1583, onde retratou a fome, sede, epidemias e êxodo rural desenfreado. Desde então, ocorreram períodos de estiagem com relativa constância e, por vezes, com extrema gravidade, dizimando rebanhos e pessoas. Também foram registrados períodos de estiagem em 1777, 1877, 1903, 1908, 1915, 1930, 1940, 1953, 1958, 1970, 1976, 1979, 1987 e 1991 (Brito Guerra, 1995).

Geralmente os fenômenos climáticos se caracterizam por ciclos e tendências evidenciados ao longo do tempo e apresentam repetibilidade, então, a análise destes padrões poderia sugerir certa previsibilidade, o que permitiria um melhor planejamento de estratégias de enfrentamento da estiagem. Contudo, estudando 237 séries temporais no Nordeste, Conti (1995) observou ciclos em apenas 43 séries das estudadas. Mediante tal constatação, embora não seja possível prever com exatidão os próximos períodos de estiagem, não é justificável que até hoje não exista uma estrutura permanente de enfrentamento da seca, pois, de um modo geral, ocorreram nove secas por século e uma a cada 11 anos.

Grande parte do território de Pernambuco tem sofrido com as estiagens. Recentemente, foi inaugurado um novo período de seca iniciado em 2012 e com ele, progressivamente, estabelecem-se as perdas, prejuízos, sofrimento e o flagelo. Os efeitos começaram a ser visíveis a partir do segundo semestre e em 11 de outubro deste ano foi decretado estado de emergência em 115 dos 184 municípios do Estado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil. Esta situação agravou-se no primeiro semestre de 2013 com precipitação esparsa e volume abaixo da média. Desta forma, houve uma progressão da área com estiagem no sentido do Sertão para o Agreste, alcançando até mesmo municípios da Zona da Mata, com isso, aumentou para 126 os municípios em estado de emergência. Considerando que no Sertão o período regular de chuvas é de janeiro a abril e na Zona da Mata e Agreste é de março a julho, entende-se que a situação do Sertão tende ao agravamento enquanto que no Agreste ainda há esperança de recuperação dos pastos e, por conseguinte, da condição sanitária dos rebanhos.

Considerada a maior seca dos últimos 40 anos no Nordeste, o prejuízo contabilizado está acima de R\$ 1,5 bilhão somente para a pecuária de Pernambuco. Num levantamento realizado por Médicos Veterinários e técnicos da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária (ADAGRO) mediante

investigação epidemiológica realizada de forma amostral e analisada por professores do Laboratório de Epidemiologia e Bioestatística do Departamento de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo (USP), que é um Centro Colaborador em Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, verificou-se que houve uma redução de 72% na produção de leite em todo o Estado. Este dado é inquietante, pois demonstra o significativo declínio na produção de leite em nosso Estado, uma vez que alcançava 2.400.000 litros/dia e atualmente é de 630.000 litros/dia; sendo o prejuízo de 1.770.000 litros/dia. Considerando que o rebanho de bovinos de Pernambuco é predominantemente leiteiro, e que 80% da produção de leite está concentrada em propriedades familiares, com rebanhos formados por até 30 animais e que tradicionalmente esta atividade tem impulsionado a produção de laticínios, vê-se que as perdas no setor interferem na economia de forma direta e indireta impondo uma situação de desabastecimento, alta de preços e desempregos.

Outro dado preocupante neste estudo é que em 18,66% das propriedades no Sertão e 32,33% das propriedades no Agreste não há qualquer tipo de reservatório de água, o que demonstra o despreparo para uma das ações mais importantes na prevenção dos efeitos da seca que é a captação de água nos períodos de chuva, também considerando que a tendência é que a precipitação ocorra com maior volume, mas com menos constância. Além disso, em 65% das propriedades do Agreste e em 37,33% das propriedades no Sertão não têm água para consumo humano e animal.

A mortalidade de 168.356 animais, o abate precoce de fêmeas e o fim da atividade em 17% das propriedades refletem a desesperança na pecuária. Os rebanhos e as terras constituem o maior patrimônio material das famílias rurais, pois são fonte permanente de renda e subsistência, seja pela tradicional comercialização de gado nas feiras, seja pela produção de matéria prima para beneficiamento em laticínios ou para consumo próprio. A perda destes animais aumenta a condição de pobreza principalmente na população mais vulnerável aos efeitos da seca

É possível que nos últimos anos, os beneficiados por chuvas constantes e regulares, tenham acalentado a falsa ideia de que não mais haveria estiagem. Também é provável que o plantio da palma tenha sido negligenciado, e que o frágil equilíbrio climático tenha proporcionado acomodação. Mas, será que os anos já vividos e a experiência acumulada não nos alerta que a seca é indissociável do nosso Estado? Por que não conseguimos estabelecer um plano de contingência e promover estrutura sólida para a prevenção e mitigação das consequências da seca?

Mesmo que a intervenção dos governos aponte para a liberação de recursos e recomposição de rebanhos, não nos compete, como Médicos Veterinários, também sermos partícipes na tomada de decisões em nível municipal, estadual e federal? É hora de discutir sobre a viabilidade do tipo de exploração pecuária com rebanhos menores com alta eficiência e qualidade. Não se pode esquecer que muitos vivem e sobrevivem dos produtos e subprodutos de origem animal e também que é nosso papel como servidores públicos ou privados estarmos envolvidos na busca de soluções.

Medidas paliativas movimentam o capital, geram subempregos e evitam, de certa forma, a migração e o êxodo rural, mas não operam ações efetivas e fundamentais para a resolução definitiva do problema.

## Expediente

### Diretoria

Alberto Neves Costa

#### Presidente

Pedro Marinho de Carvalho Neto

#### Secretário Geral

João Emílio Cruz

#### Tesoureiro

Murilo Salgado Carneiro

#### Diretor de Biblioteca e Arquivo

Paulo José Elias Foerster

#### Diretor de Patrimônio

### Conselho Fiscal

Titulares

Tomoe Noda Saukas

Maurício Bandeira Castelo Branco

José Alberto Simplício de Alcântara

Suplentes

João Pessoa de Souza

Abdízio Moraes de Araújo Lemos

Mabel Hanna Vance Harrop

### Comissões Permanentes

Resgate Histórico

Gilvan de Almeida Maciel

Paulo José Elias Foerster

José de Carvalho Reis

Admissão

Maurício Bandeira Castelo Branco

João Pessoa de Souza

Murilo Salgado Carneiro

Cerimonial

João Emílio Cruz

Marcelo Weinstein Teixeira

Abdízio Moraes de Araújo Lemos

Científica

Roberto Soares de Castro

Tomoe Noda Saukas

Mabel Hanna Vance Harrop

Editoração e Difusão Cultural

Marcelo Weinstein Teixeira

Paulo Ricardo Magnata da Fonte

Rafael de Souza Guedes Filho

### Conselho Editorial

Alberto Neves Costa - Editor

Acadêmicos da APMV

Diagramação

Gleudson Passos de Souza

Periodicidade: semestral

Endereço: Rua Conselheiro Theodoro, 460

Zumbi, Cep 50711-030 Recife - PE - Fone:

(81) 3797.2517 Fax: (81) 3797.2523

Há exatamente um ano surgiu o Informativo APMV como parte das comemorações do 11º Aniversário de Fundação da entidade. Sob tais circunstâncias, o pioneirismo de uma publicação com estas características visa estabelecer um elo importante de comunicação entre os membros da Academia e os demais segmentos ligados a Medicina Veterinária e entidades afins, servindo como um porta-voz para a divulgação do noticiário acadêmico, de atividades sócio-culturais e também de expressão do seu pensamento crítico no âmbito da sociedade.

Estamos registrando com júbilo as festividades do 12º Aniversário de Fundação da Academia, que foi pontilhada por passagens relevantes para a vida acadêmica. Para nossa imensa alegria, neste ano a magnânima solenidade realizada em 14 de junho coincidiu com o dia consagrado ao Protetor dos Médicos Veterinários - Santo Eliseu, e que personifica a maior insígnia da Academia o “Troféu Santo Eliseu”, fato que serviu para destacar ainda mais a premiação conferida em 2013. Sem dúvida, a posse de dois acadêmicos de uma nova geração aos quadros da APMV traduziu-se em grande motivação destes Colegas para exercer tal ministério sob a inspiração do lema COM LOUVOR. E o devotamento manifesto por ambos em dignificar a figura do seu respectivo Patrono representou o compromisso assumido com o engrandecimento da Medicina Veterinária pernambucana.

Sob o compromisso da veiculação de matérias de interesse cultural e técnico-científico, resgatamos a proficiência da saudosa Professora Mariângela Loureiro de Carvalho expressa no tema “Iconografia Bacteriológica”. Seguindo os seus ditames, a APMV vem contribuir com a discussão sobre problemas de ordem sanitária ou de saúde ligados à Medicina Veterinária e de interesse social, publicando artigos relacionados com a legislação sobre kits de diagnóstico na esfera do MAPA e sobre a problemática da seca que ora aflige a pecuária do Nordeste.

Em destaque nesta edição, registramos a publicação da plaquete “Cadeiras, Patronos e Acadêmicos”, repleta de simbolismos para historiografia das academias em Pernambuco, uma vez que documenta os dados biográficos de várias gerações de Médicos Veterinários cuja atuação profissional dignificou ou ainda dignifica os preceitos éticos e científicos da Medicina Veterinária.



## Mudança da Legislação Torna Kits de Diagnóstico *In Vitro* Isentos de Registro no Ministério da Agricultura: uma Ameaça à Saúde Animal, Humana e ao Meio Ambiente

Com a edição da Lei nº 12.689, de 19 de julho de 2012, que alterou dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 1969 e estabeleceu o medicamento genérico para uso veterinário, foi modificada a definição legal de produto de uso veterinário. Conforme seu Artigo 1º. Parágrafo único, Item I, produto de uso veterinário é toda substância química, biológica, biotecnológica ou preparação manufaturada cuja administração seja aplicada de forma individual ou coletiva, direta ou misturada com os alimentos, destinada à prevenção, ao diagnóstico, à cura ou ao tratamento das doenças dos animais, incluindo os aditivos, suprimentos promotores, melhoradores da produção animal, medicamentos, vacinas, antissépticos, desinfetantes de uso ambiental ou equipamentos, pesticidas e todos os produtos que, utilizados nos animais ou no seu habitat, protejam, restaurem ou modifiquem suas funções orgânicas e fisiológicas, bem como os produtos destinados ao embelezamento dos animais.

Conforme esclarecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA, através do Ofício Circular nº 001 /DFIP/DAS (Brasília, 28 de fevereiro de 2013), produto de uso veterinário abrange somente toda substância ou preparação aplicada nos animais por diversas vias, de forma individual ou coletiva. Em consequência, os produtos para diagnóstico *in vitro* de doenças animais não são mais classificados como produtos de uso veterinário. No mesmo ofício o MAPA esclareceu ainda que Nesse novo contexto não cabe registro junto a este Departamento dos produtos para diagnóstico *in vitro* de doenças de animais, bem como qualquer manifestação quanto a sua industrialização, importação, comercialização ou emprego e que não houve alteração quanto a obrigatoriedade de registro para os produtos indicados para o diagnóstico *in vivo* de doenças de animais, tais como a tuberculina e a maleína.

Diante de tal mudança, todo arcabouço legal que regulamentava a produção, comercialização, uso e importação de kits de diagnóstico foi extinto, criando um vácuo legal, com importantes consequências para o país, inclusive com implicações para o exercício profissional do Médico Veterinário.

A aprovação da referida lei, por desconhecimento, falha, ou qualquer que tenha sido sua motivação, no contexto de um mundo globalizado, mostra uma opção de seguir na contra mão do que é preconizado pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), desde 2003, que é o registro dos testes diagnósticos, seguindo critérios internacionais de validação e certificação (OIE, 71st General Session in May 2003, Resolution No XXIX). É bem conhecido pelas autoridades brasileiras o nível de exigência dos países importadores de animais e produtos de origem animal. Como os responsáveis pelas importações desses países irão entender e admitir testes realizados no Brasil empregando kits sem registro? Como um Médico Veterinário poderá firmar um diagnóstico e comunicar ao seu cliente que se baseou em um teste laboratorial realizado com um kit que não tem registro em nenhum órgão?

Roberto Soares de Castro, CRMV-PE nº 1765  
Professor Associado de Vírus Animais do Departamento de Medicina Veterinária da UFRPE e Acadêmico Titular da APMV

Os Médicos Veterinários sempre foram os Responsáveis Técnicos das empresas fabricantes de kits e dos laboratórios de diagnóstico veterinário. No caso de produtos importados era obrigatório que houvesse um representante exclusivo no Brasil para distribuição dos kits, também sob a Responsabilidade Técnica de um Médico Veterinário. E no novo contexto, como ficará nossa participação? Se não é produto de uso veterinário não precisará de um Responsável Técnico Médico Veterinário?

A nascente indústria brasileira fabricante de kits de diagnóstico, toda montada com base em rigorosas normas da legislação então vigente, poderá ser fortemente afetada com a concorrência desleal de produtos importados ou nacionais de qualidade duvidosa, fabricados sem critérios de qualidade. Além disso, as exportações dessas empresas poderão ser fortemente afetadas, ou impedidas, pois o principal critério para licenciamento de kits em países estrangeiros é a existência de licença no país de origem.

No momento em que se busca um novo paradigma, com o conceito de saúde única (do inglês *one health*), não podemos deixar de destacar os riscos para a saúde animal, humana e ambiental, decorrentes dessa ausência de regulamentação, pois além dos kits para diagnóstico *in vitro* de doenças animais, também estão livres de registro, segundo o referido Ofício do MAPA, kits e meios de cultura destinados exclusivamente a análises de controle ambiental, industrial, de alimentos e de água.

Com os avanços da engenharia genética é cada vez mais frequente o uso de organismos geneticamente modificados (OGM) para produção de proteínas que são usadas na fabricação de kits diagnósticos. Para manipular OGM no Brasil é necessária a autorização da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que emite um Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) dos laboratórios. Como a CTNBio não tem poder fiscalizador, cabe aos órgãos que têm esse poder (ANVISA, MAPA e IBAMA) a fiscalização do uso de OGM. Como o MAPA não fiscaliza mais a fabricação dos kits diagnósticos, então como fica o controle dos kits que têm como base proteínas recombinantes produzidas por OGM? As empresas que os produzem estão isentas da obrigatoriedade do CQB para funcionar?

Não tive a intenção de abordar todas as consequências da edição da Lei nº 12.689, de 19 de julho de 2012, mas apenas de informar e estimular a discussão sobre o assunto. A nosso ver o debate deverá ser norteado pelo paradigma da saúde única, em que Saúde Humana, Animal e Ambiental são vistas como complementares e interdependentes. Nesse contexto, a discussão sobre o marco legal da produção, comercialização e uso de kits de diagnóstico *in vitro* de doenças animais deve ir além dos setores ligados diretamente à saúde animal!

## APMV COMEMORA ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO E HOMENAGEIA MÉDICOS VETERINÁRIOS

Durante concorrida efeméride realizada no dia 14 de junho, passado, no campus da UFRPE, e que contou com a presença de autoridades acadêmicas e de órgãos públicos, dentre as quais destacamos: Prof. Dr. Marcelo Carneiro Leão, Vice-Reitor da UFRPE, Dra. Erivânia Camelo de Almeida, Presidente do CRMV-PE e Diretora da ADAGRO/PE, Prof. Eudes de Souza Leão Pinto, Presidente da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica e Dr. Rogério Ferreira da Silva (Representante do Superintendente do MAPA), além de professores e estudantes da UFRPE, familiares e convidados dos homenageados, a APMV celebrou em grande estilo a passagem do seu 12º Aniversário de fundação. Em destaque, a coincidência da sessão solene com o dia consagrado a Santo Eliseu, considerado o Protetor dos Médicos Veterinários.



registrados com o surgimento das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária no monastério de São Bento, em Olinda, em 1912, sob a égide do Abade Dom Pedro Roeser, Prior da Ordem Beneditina em Olinda e Patrono da Cadeira nº 17 da nossa Academia. Durante sua alocução, o Presidente fez questão de ressaltar o apoio financeiro e a política de cooperação cultural e científica do CFMV como vitais na viabilização do projeto editorial da plaquete.

A cerimônia também cumpriu outros atos simbólicos da Academia. Seguindo o previsto na tradição acadêmica, empossou dois novos confrades em seu quadro associativo a Dra. Késia Alcântara Queiroz Pontual, profissional vinculada a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (ADAGRO) e o Prof. Dr. Hélio Cordeiro Manso Filho, docente do Departamento de Zootecnia da UFRPE. Por fim, a festividade engalanou-se para um outro ritual relevante na vida cultural e social da APMV, através de sua premiação anual do Troféu Santo Eliseu, que em 2013 homenageou o Prof. Dr. Lúcio Câmara Alves, docente e pesquisador do Departamento de Medicina Veterinária da UFRPE, por seu destacado trabalho na área de Medicina Veterinária Preventiva, com repercussão em nível nacional e internacional.



Em sua saudação acadêmica, o Presidente Alberto Neves Costa exortou o simbolismo destes momentos na vida acadêmica e na historiografia pernambucana, bem como destacou o fato especial do lançamento da Plaquete nº 7 intitulada: "Cadeiras, Patronos e Acadêmicos", ora apresentada a seleta platéia, ressaltando ser este um registro biográfico único na história da Medicina Veterinária Pernambucana, cujos primórdios foram



## ACADEMIA EMPOSSA NOVOS ACADÊMICOS E CONCEDE PREMIAÇÃO A PROFESSOR DA UFRPE

Um dos momentos mais significativos da cerimônia foi registrado durante a posse dos novos Acadêmicos da APMV. Em conformidade com as normas protocolares da entidade, os novos acadêmicos ingressaram no auditório Professor João Vasconcelos Sobrinho sob a condução dos confrades João Emílio Cruz e Marcelo Weinstein Teixeira, membros da Comissão de Cerimonial. Em seguida, a Dra. Késia Alcântara Queiroz Pontual e o Prof. Dr. Hélio Cordeiro Manso Filho



prestaram o compromisso acadêmico, receberam a Medalha e o diploma das mãos do Presidente da APMV e assinaram o Termo de Posse. Os recém-empossados foram saudados pelos Acadêmicos Áurea Wischral e João Pessoa de Souza, respectivamente, que exortaram os novos colegas a vivenciar entusiasticamente o ministério de Acadêmico, contribuindo, assim, para o fortalecimento da Academia. Em sua alocução, a Acadêmica Késia Pontual destacou a figura do seu Patrono, o Prof. Almir Pires Ferreira e dos ocupantes que lhe antecederam na Cadeira nº 2, os professores Naldo Halliday Pires Ferreira e José Henrique Filho, e tendo como foco o tema “A Quem Honra, Honra”. Por sua vez, o Acadêmico Hélio Cordeiro Manso Filho foi tomado de forte emoção quando se referiu ao Patrono da Cadeira nº 23, o saudoso Prof. Hélio Cordeiro Manso, seu pai, e que nas suas embargadas palavras foi o seu grande mestre na vida e no exercício da Medicina Veterinária. Para tanto, fez um resgate histórico desde suas origens na cidade de Flores do Pajeú, na comarca do São Francisco.

Para o deleite da platéia, chegou o momento da concessão do Troféu Santo Eliseu ao Prof. Dr. Lêucio Câmara Alves, e que se revelou também emocionante para todos aqueles que admiram sua dedicação e intensa e eclética

atuação profissional. Com grande reconhecimento na comunidade universitária, o homenageado teve sua premiação prestigiada por um grande número de colegas, familiares e convidados. Após receber o Diploma e o Troféu Santo Eliseu do Presidente da APMV foi saudado pela Acadêmica Tomoe Noda Saukas, que ressaltou seu vasto currículo e sua trajetória profissional como professor, pesquisador, orientador, consultor e gestor de atividades científicas. Pontuou, também, sua inestimável contribuição científica na área de doenças parasitárias dos animais domésticos, apoiada numa formação universitária das mais expressivas, conquistada em programas de pós-graduação em universidades nacionais e internacionais. Visivelmente emocionado, o Prof. Lêucio Alves agradeceu a distinção que lhe foi conferida pela APMV e fez inúmeros agradecimentos a todos aqueles que colaboraram para o êxito do seu trabalho na universidade, e ressaltou o papel da família em suas conquistas, em especial a esposa Ana e os filhos Renato e Bruno, este estudante de Medicina Veterinária na UFRPE. Ao término do seu marcante discurso foi ovacionado pelos presentes.

## Iconografia Bacteriológica

As pesquisas de Louis Pasteur e Robert Koch dão início a era bacteriológica, os quais são considerados os fundadores da Bacteriologia. Entretanto, a idéia de que as bactérias eram a causa das enfermidades já havia sido citada por outros autores anteriores aos referidos acima, os quais procuraram elucidar a origem do contagium e do miasma. Nesta época, acreditava-se que o contagium era uma substância que coexistia no organismo enfermo, a qual se difundia entre os indivíduos que tinham contato com os enfermos. Davam como exemplos de doenças causadas pelo contagium a sífilis e a raiva. Quanto as doenças produzidas pelo miasma que era considerado como uma substância gerada fora do organismo enfermo, citavam como exemplos: a gripe e o impaludismo.

Em 1562, Hieronymus Fracastorius admitiu a probabilidade do contagium ser devido a agentes vivos e ainda acreditava ser possível a contaminação direta, indireta e a distância. Esta conceituação perdurou por dois séculos, pois não era possível demonstrá-la praticamente. Entrementes, o médico vienense Plenciz, reconhecendo o grande feito de Leeuwenhoek em 1675, com a descoberta de um mundo de organismos microscópicos, não só admite que eram estes seres a causa das doenças, como também, a cada enfermidade o seu agente específico. Após o feito memorável de Leeuwenhoek, levantou-se a questão, no mundo, sobre a origem dos germes? Needham em 1745 munindo-se de uma infusão orgânica, a ferveu para eliminar todas as formas vegetativas que porventura houvesse e veda o recipiente com rolha de cortiça, apesar dessa providência o caldo se turvou de germes após um certo período. Esta experiência comprovava que os mesmos haviam aparecido espontaneamente. Todavia, após 31 anos do

experimento de Needham, Spallanzani fez a experiência de seu antecessor antes de fechar definitivamente o recipiente, flambou e a infusão permaneceu indefinidamente estéril. Seguiram-se experimentos idênticos ao de Spallanzani com os mesmos resultados obtidos por ele. Mas, refuta-se cabalmente Pouchet em 1858, achando que com a exposição ao calor retirava-se todo o ar indispensável ao aparecimento da geração espontânea. Pasteur, em 1861, afastou definitivamente a objeção através da mesma experiência, apenas com um recipiente que possuía um gargalo em forma de colo de cisne. No colo sinuoso ficavam retidos os microorganismos, comprovando, destarte, a não existência da geração espontânea.

Henle, em 1840, escreve um livro notável no qual demonstra não haver diferença entre contagium e miasma e estabelece normas para que um germe pudesse ser incriminado como responsável por uma enfermidade: devia ser possível encontra-lo com freqüência no corpo do indivíduo enfermo, ser possível isolá-lo e reproduzir experimentalmente a doença.

A aceitação definitiva da origem microbiana das doenças infecciosas só se efetuou em 1878, após a comunicação de Pasteur, Chamberland e Houbert sobre a teoria dos germes, fruto de investigações exaustivas sobre fermentação e geração espontânea, a qual foi apresentada a Academia de Ciências de Paris.

Com a difusão das teorias de Pasteur e colaboradores, o universo de cientistas tem acesso a seus trabalhos e se inicia a era da cirurgia antisséptica com a introdução do ácido fênico por Lister em 1867. Porém deve ser mencionado que vinte anos antes de Lister introduzir a desinfecção das mãos do cirurgião, do campo operatório e do instrumento cirúrgico, Semmelweis bastante impressionado com o

índice de mortalidade nas salas de parto, observou que as salas em que entravam alunos vindos das salas de necropsia, era maior o número de óbitos, do que as salas que tinham acesso apenas as parteiras, e, mais ainda ficou por ocasião da morte de um colega por um acidente em uma necropsia. Orientado por estas observações passou a exigir a desinfecção das mãos de todos os alunos antes de um ato cirúrgico com hipoclorito. Pasteur após trabalhar com o carbúnculo e a septicemia por vibrião séptico, isola Staphylococcus da osteomielite e Streptococcus da infecção puerperal e inicia a vacinação contra o carbúnculo.

Concomitantemente, Robert Koch estudava também o problema do carbúnculo que ainda hoje é um modelo pela exatidão e pela minúcia técnica.

Pasteur examinava os germes a fresco; Koch introduziu os métodos usados em histologia. Pasteur isolava os germes em meios líquidos; Koch introduziu a gelatina e o ágar.

Por ocasião de um congresso internacional em Londres no ano de 1881, Pasteur tomou conhecimento destes aperfeiçoamentos e ficou bastante entusiasmado. Em 1882, Koch publica a etiologia da tuberculose e no ano seguinte descobre o vibrião da cólera.

O período áureo da Bacteriologia é de 1880 a 1900, pois nesta época seguiram-se as descobertas das principais bactérias patogênicas para o homem e é publicada uma lista das mesmas, constando o nome do autor, ano da descoberta, método de isolamento e reprodução da enfermidade.

**Profa. Mariângela Loureiro de Carvalho (in memoriam)**  
**Aula da Saúde na Turma de Médicos Veterinários da UFRPE/Julho de 1982**  
**(Reproduzido do jornal Veterinária Pernambucana, v. II, nº 3, p. 4, 1982)**



## WARNER SILVA

O nosso entrevistado é natural da cidade de Murici, no Estado de Alagoas, mas diplomou-se em Medicina Veterinária na antiga Escola Superior de Veterinária da Universidade Rural de Pernambuco, no ano de 1954. Aprovado por concurso público ingressou no quadro técnico do Ministério da Agricultura. Sua trajetória profissional foi iniciada no Posto de Vigilância Sanitária Animal de Garanhuns, município onde desfrutou de grande prestígio como Presidente da Cooperativa Agropecuária de Garanhuns, Diretor Presidente da Garanhuns Industrial S.A. (GISA) e Presidente do Rotary Club de Garanhuns. Contudo, a dedicação e competência do Dr. Warner Silva o levaram a ocupar outros importantes cargos diretivos, como Presidente da Cooperativa Central Agrícola de Pernambuco Ltda, Presidente da Associação das Indústrias de Laticínios do Nordeste Brasileiro, Diretor Presidente da Companhia de Industrialização de Leite de Pernambuco (CILPE), Presidente da Sociedade Nordestina dos Criadores e Diretor Executivo da Sotave Nordeste S.A., dentre outros. Em reconhecimento a sua inestimável contribuição ao desenvolvimento da pecuária do Nordeste e ao prestígio da profissão, a APMV lhe agraciou com o Troféu Santo Eliseu, no ano de 2008.

**Primeiramente, gostaríamos de saber como foi sua experiência como estudante na antiga Escola Superior de Veterinária da Universidade Rural de Pernambuco? Quais os momentos marcantes do Curso e quais professores influenciaram na sua formação profissional?**

Faço parte da segunda turma da recém-fundada Escola de Medicina Veterinária de Pernambuco. Isso desde 1950. Na época não havia tradição no ensino de Veterinária. Era uma carreira nova sendo implantada no Estado. Havia muito improviso. Foi graças a homens como Humberto Vernet, Júlio de Carvalho Fernandes, Wanderley Braga, Almir Pires Ferreira, Luiz de Melo Amorim, Murilo Salgado Carneiro, Valdir Moreira Martins, Antônio Andrade, Renato Ramos de Farias, Antônio Siqueira, professores dedicados, que nos ensinaram e que também ajudaram ao passar dos tempos a consolidar o que é hoje a Medicina Veterinária, parte integrante da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Como fatos marcantes de minha época de estudante, gostaria de lembrar: Quando irrompeu o primeiro surto da “Doença de Newcastle” em Pernambuco, nós os estudantes de Veterinária fomos convocados a participar da campanha de vacinação para imunização das aves. Não existiam os grandes aviários de hoje. Existiam apenas 4 ou 5 aviários pequenos, que logo foram atendidos pelos vacinadores e o restante das criações era de fundo de quintal. Aí a operação “vacinar” era feita sempre a noite pegando as aves nos poleiros. Participei da campanha de vacinação contra o “Roda” ou Encefalomielite Equina. Foi um feito audacioso da Veterinária a erradicação dessa doença no Estado. Fizemos a primeira campanha de vacinação contra a Febre Aftosa na bacia leiteira. Acho que foi a primeira campanha deflagrada contra a Febre Aftosa.

**Como foi o seu ingresso na vida profissional e quais os colegas da época que tiveram uma atuação marcante na Medicina Veterinária em Pernambuco?**

Ingressei no exercício da profissão em 1954. Após formado fui trabalhar no PVSA (Posto de Vigilância Sanitária Animal) de Garanhuns, onde atuei por vinte anos. Fiz parte assim do corpo técnico do Serviço de Acordo de Cooperação Técnica entre o MAPA Ministério da Agricultura e o Governo do Estado. Era

executor do acordo o Prof. Murilo Salgado Carneiro e tinha como substituto o Veterinário Renato Moraes, representando a Secretaria de Agricultura do Estado.



Compunha o “Serviço de Acordo”, como eram conhecidos, sete postos de defesa ou PVSAs, sob a coordenação dos seguintes Veterinários: Surubim (Laurindo Lins Cavalcanti), Timbaúba (Edmar de Barros Esteves), Limoeiro (Beda Bakokebas), Caruaru (José Afonso da Silva), Arcoverde (José Jefferson Bandeira), Garanhuns (Warner Silva) e Recife (Manoel Correia de Araújo). Fomos assim Pioneiros na implantação da Veterinária no interior do Estado. Naquela época, o Médico Veterinário, para muitos criadores, era tido como o “vaqueiro melhorado”. Conseguimos, com muita dedicação, muito altruísmo e muita perseverança, implantar, fazer-se respeitar e ser aceito no seio da sociedade interiorana, essa que é para mim a mais bonita das profissões, a Veterinária.

**Baseado neste amplo conhecimento da realidade no campo, conte-nos um pouco da história da pecuária leiteira e da indústria de laticínios em Pernambuco.**

A pecuária leiteira, num passado recente, fixou-se no conhecido “triângulo leiteiro de Pernambuco”, que tinha como vértices: Garanhuns, Belo Jardim e Arcoverde. Ali ela cresceu e se consolidou e com o andar dos tempos e com a difusão da cultura da Palma Forrageira, foi se espraiando, ganhando espaço em áreas onde se cultivava agricultura de sequeiro, serviu de modelo e ajudou na formação da atividade em outros estados. Hoje é considerado o ramo da atividade pecuária ligado ao agronegócio mais rentável em Pernambuco.

É de justiça dizer da contribuição prestada pela fazenda de criação de São Bento do Una, do IPA, distribuindo tourinhos da raça holandesa entre criadores da Região. É necessário reconhecer as ações do MAPA, de início liderado pelo Ministro João Cleofas, fazendo importações de plantéis de bovinos leiteiros da Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul para enriquecer a qualidade genética dos rebanhos da bacia leiteira do Agreste. Necessário se faz lembrar o trabalho meritório do Projeto do ETA (Aliança para o Progresso), liderado pelo Prof. Antônio Coelho, encaminhando técnicos para fazer treinamento na área de pecuária leiteira nos Estados Unidos e trazendo técnicos especialistas em criação, alimentação e manejo de gado de leite e em industrialização de produtos lácteos para atuarem no Agreste. Ao Prof. Antônio Coelho nós somos gratos pelas primeiras implantações de laticínios modernos em Pernambuco. Por suas mãos passou a implantação das seguintes fábricas: Laticínio Santa Maria (Bom Conselho), comandado pelos empreendedores Srs. Simões e José Galindo, Laticínio Sanharó (Sanharó), liderado pelos industriais Srs. Clóvis Freitas, Gilberto Guimarães e irmão, Garanhuns Industrial S/A GISA (Garanhuns), dirigida pelos irmãos Abelardo e Abramo Fazio.

**Sendo considerado um profundo conhecedor da pecuária pernambucana e nordestina, inclusive, com relevantes contribuições ao serviço público e ao agronegócio, como o Senhor avalia a atual situação da nossa pecuária?**

Pelas condições edafoclimáticas e de distribuições fundiárias que desfruta Pernambuco não oferece oportunidade para a

prática de uma pecuária de corte economicamente sustentável. Tanto é assim que o Estado importa mais de 80% da carne aqui consumida. Quanto à pecuária leiteira, em função de microclima propício, e graças ao cultivo da Palma Forrageira, estabeleceu-se na mesorregião do Agreste (Agreste Setentrional, Agreste Central e Agreste Meridional) uma pecuária leiteira, que a despeito da carência de assistência técnica, de extensão rural, deficiência de crédito oportuno e ausência de associativismo cooperativismo vinha até dois anos atrás (período da seca) com bom desempenho econômico a ponto de ser considerada a única atividade viável dentro do agronegócio, para o Agreste. Com o advento da presente seca, houve um baque na atividade ao ponto de técnico de renome afirmar que houve regressão de dezessete anos na atividade.

Cabe a nós quer atuamos nessa área não aceitar tal afirmativa. No tempo moderno, com tanta evolução técnica não devemos ou não podemos aceitar tanto tempo para recuperar a cadeia produtiva do leite. É dever de todos os envolvidos com a problemática “produção de leite”, envidar meios de agilizar a cadeia produtiva do leite pensando no imediato apoio ao social que ocupa a Região Agreste. O que a população desta região irá fazer?

***Tendo atuado por um longo período no Agreste Meridional, importante pólo da pecuária de Pernambuco, que recomendações o Senhor faria aos gestores acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária da Unidade Acadêmica de Garanhuns/UFRPE no tocante a formação dos futuros profissionais?***

Vou procurar me ater a área pela qual sempre tive maior pendor, que é a Pecuária Leiteira, mesmo porque o Agreste não oferece condições de se exercitar, no campo, outra atividade viável economicamente, que não seja a produção de leite. Falam que

há exceção... não conheço. A pecuária leiteira é uma atividade rural complexa, exigente e em constante evolução, em qualquer parte do mundo. No Agreste essas dificuldades são exponencialmente maiores. Sendo uma região diferente do semi-árido onde as adversidades são constantes e duradouras, quer sob o ponto de vista de solo e clima, quer sob o ponto de vista assistencial e de apoio técnico, onde por vício ou costume se espera sempre por soluções ou ações do governo e o governo sempre falta. Para que haja mudanças nesse status quo é necessário que haja comprometimento das entidades envolvidas com a problemática leiteira, tomando para si a condução de gerir a cadeia produtiva do leite, exigindo do governo as ações que sejam consideradas de Estado como: pesquisa, fiscalização, crédito e infraestrutura (água, energia, logística).

É necessário que sejam criados serviços de extensão rural junto aos laticínios, que se crie órgãos controladores de formação de preços que motivem a criação de associações de classe, cooperativas que criem os serviços de assistência técnica e outros. É necessária a criação de centros de treinamento para capacitação e gestão do produtor, familiares e empregados. Seria essa uma ação do governo?

Iniciativa de longo alcance e que beneficiaria todo o Nordeste brasileiro, dado a carência de especialistas nessa área, seria a UFRPE inovando, criar o Departamento Especial de Pecuária Leiteira, onde o alunado dos cursos de ciências agrárias pudesse cursar, especializando-se assim na atividade produtiva do leite e que ao término da carga horária recebesse o certificado como especialista em Pecuária Leiteira. Seria uma inovação no ensino rural no Brasil, geraria emprego e proporcionaria melhor ocupação do semiárido. É assim que vejo o futuro da Pecuária Leiteira no Agreste de Pernambuco.

## EPIDEMIOLOGIA DA BRUCELOSE BOVINA FOI AVALIADA EM TESE DE DOUTORADO

A Diretora da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco, Médica Veterinária Erivânia Camelo de Almeida, concluiu o doutorado em Ciências Veterinárias na UFRPE, no mês de fevereiro passado. O projeto de pesquisa foi conduzido sob a orientação do Prof. Dr. Jean Carlos Ramos da Silva, com a co-orientação de docentes da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP. O estado de Pernambuco foi estratificado em três circuitos produtores. Em cada circuito produtor foram amostradas aleatoriamente cerca de 300 propriedades e, dentro dessas, foi escolhido, de forma aleatória, um número pré-estabelecido de animais para colheita de soro sanguíneo, totalizando 3901 animais amostrados provenientes de 900 propriedades. A conclusão do Doutorado culminou com a defesa da tese “Situação epidemiológica da brucelose bovina no estado de Pernambuco”, em solenidade realizada no auditório Prof. Luiz de Melo Amorim, do Departamento de Medicina Veterinária da

referida Universidade. Trata-se de mais uma contribuição técnico-científica significativa a servir como referência no planejamento de políticas de vigilância sanitária da ADAGRO para a pecuária pernambucana. Como uma profissional e gestora que conhece amplamente o setor primário da nossa economia, a Dra. Erivânia Almeida, muito tem a contribuir na formulação de estratégias sanitárias e no enfrentamento da problemática decorrente da seca que afeta a bovinocultura regional. AAPMV se congratula com a Colega pela conclusão do doutorado.

